

UMA ANÁLISE DE SUJEITOS GENÉRICOS NULOS DE TERCEIRA PESSOA  
DO SINGULAR EM SENTENÇAS FINITAS RAÍZES NO PORTUGUÊS  
BRASILEIRO

Alberto GONÇALVES (UFSC)\*

1. Introdução

Neste artigo<sup>1</sup> são investigadas as construções impessoais/arbitrárias de 3ª pessoa do singular sem o clítico *se*, em sentenças declarativas finitas raízes, no português brasileiro (PB), como mostra o exemplo abaixo, extraído de Galves (1987):

(1) Nos dias de hoje, não usa mais saia.

O estudo dessas construções está inserido na linha de investigação sobre o sujeito nulo nas línguas naturais, em especial no PB. De acordo com vários trabalhos, como Galves (1987, 1993), Duarte (1993, 1995), Figueiredo Silva (1996), entre outros, o PB destaca-se por estar em meio de um processo de mudança paramétrica (cf. Roberts 1993), perdendo sua natureza *pro-drop*, não permitindo mais sujeitos nulos referenciais.

A principal hipótese para explicar por que o PB, diferentemente do português europeu (PE), proíbe sujeitos nulos referenciais está em Galves (1993). Segundo essa autora, perdas morfológicas no paradigma verbal, com a eliminação da distinção entre 2ª e 3ª pessoa (de *tu cantas, ela/e canta* para *você cantá<sup>2</sup>, ela/e canta*), tornaram a concordância verbal “fraca” morfológica e, por conseguinte, semanticamente, uma vez que a

---

\* alberto\_paper@hotmail.com

3ª pessoa do singular pode ser interpretada como indeterminada, como em (1) acima.

A partir dessas considerações, serão apontadas algumas questões para a investigação das construções impessoais/arbitrárias sem *se*: (I) qual a origem das construções impessoais de 3ª pessoa do singular sem *se*?; (II) as construções impessoais sem *se* substituem integralmente, isto é, equivalem sintática e funcionalmente àquelas com *se*?; (III) qual a relação entre a perda do *se* impessoal e o enfraquecimento da concordância?

Com relação à primeira questão, há estudos (cf. Nunes 1990) que argumentam que, de fato, as construções sem *se* tiveram sua origem a partir daquelas com *se*. Já no que diz respeito à segunda questão, este artigo procurará investigar quais os contextos sintáticos em que a eliminação do *se* é possível e em quais contextos sua eliminação apresenta problemas de gramaticalidade. Finalmente, na tentativa de responder a terceira questão, a linha de investigação aqui desenvolvida associará as análises de Rizzi (1986) e Kato (1999), dando uma explicação formal para justificar o licenciamento de *se* impessoal em contextos raízes finitos.

Desse modo, serão consideradas as seguintes hipóteses: (I) as construções impessoais sem *se* originaram-se a partir daquelas com *se*; (II) as construções impessoais sem *se*, embora tenham se originado das construções com *se*, não apresentam a mesma distribuição sintática, ou seja, há contextos em que o apagamento do *se* compromete a gramaticalidade da sentença. Relacionado a essa hipótese, será proposto que as construções arbitrárias de 3ª pessoa sem *se* apresentam apenas interpretação genérica, nunca indefinida, nos termos de Cinque (1988); (III) *se* impessoal deve estar necessariamente associado a um elemento de concordância referencial, isto é, detentor de especificação de pessoa e número.

A nomenclatura utilizada neste artigo segue a seguinte distribuição: os sujeitos referenciais são divididos em dois grupos: (I) específicos ou determinados e (II) não-específicos ou indeterminados ou arbitrários ou impessoais. Esse segundo grupo subdivide-se em dois:

(I) arbitrários (Arb puros) ou genéricos e (II) arbitrários ` (Arb `) ou indefinidos.

O artigo está dividido em quatro seções. Na primeira são apresentadas as construções arbitrárias de 3ª pessoa do singular sem *se*: seu surgimento, diferenças entre PB e PE e características relacionadas ao aspecto verbal, tipo de verbo e restrição de escopo sobre o sujeito. Na seção 2 há uma resenha da análise de Kato (1999) com relação a 3ª pessoa do singular, Agr anafórico/controlado e impessoais nulos. A partir dessa fundamentação, são analisadas as características das construções impessoais de 3ª pessoa sem *se* na seção 3. A seção 4 trata de uma proposta de análise que correlaciona o licenciamento de *se* não-argumental a Agr pessoal/forte. Finalmente há um apêndice onde se procura solucionar um problema apresentado em Nunes (1990).

## 2. As construções arbitrárias/impessoais de 3ª pessoa do singular sem *se* (C3PSSS)

Galves (1987) mostra que a 3ª pessoa do singular no PB em sentenças finitas pode apresentar referência indeterminada, cf. (1) acima. Nunes (1990:seç. II.4), por sua vez, sugere duas possíveis fontes para essa inovação gramatical<sup>3</sup>: (I) construções indeterminadas pela marca de concordância de 3ª pessoa do plural (“Nos dias de hoje, não usam mais saia.”). Essa hipótese estaria relacionada com a perda de concordância em alguns dialetos no Brasil: “*eles canta*”; (II) construções com *se* indeterminador/[-argumental] (“Nos dias de hoje, não se usa mais saia.”). Já essa alternativa estaria associada ao desaparecimento de clíticos no PB.

Nunes aponta como argumento para a escolha dentre as duas alternativas a possibilidade de inclusão do enunciador em construções entre aspas no parágrafo acima. Segundo ele, como em (1) o locutor pode eventualmente estar incluído e apenas na construção com *se* indeterminador/[-arg] isso também é possível, somente essa última pode ser analisada como fonte das C3PSSS. Além disso, os dados diacrônicos do autor indicam que a nova mudança teve início no século XIX, quando

as ocorrências com *se* indeterminador/[-arg] (sem concordância com o NP objeto) superaram as com *se* apassivador/[+argumental], como mostra o gráfico a seguir.

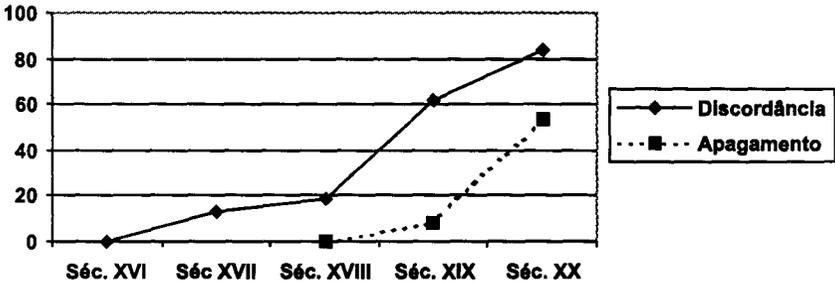


Gráfico I: Porcentagem de construções com *se* impessoal com discordância verbal entre o verbo e o objeto interno e apagamento de *se* em finitas não-coordenadas<sup>4</sup> (NUNES 1990: 111)

Já para explicar o contraste entre (2) e (3), sentenças finitas do PE e PB, respectivamente, Galves (1987:36-7) leva em conta as diferenças entre as maneiras de expressar determinação e indeterminação em ambos os sistemas lingüísticos.

- (2) a. Nos dias de hoje, não usa mais saia. (PE)
- b. Nos dias de hoje, não se usa mais saia.
- (3) a. Nos dias de hoje, ela não usa mais saia. (PB)
- b. Nos dias de hoje, não usa mais saia.

No PE, o sujeito nulo recebe interpretação determinada (2a) e a indeterminação é dada pela inserção do *se* (2b). Já no PB, o pronome lexical *ela* é quem garante a interpretação definida (3a), ao passo que o sujeito nulo, nesse caso, recebe interpretação indefinida (3b).

Para Galves, em sentenças finitas do PB, a flexão de 3ª pessoa é defectiva em relação ao traço [+pessoa], elemento que assegura a interpretação determinada do sujeito nulo. Isso faz com que a interpretação da categoria vazia seja de indeterminação ou de controle referencial por um antecedente no discurso. Desse modo, Galves conclui que no PE apenas a marca de pessoa na concordância garante a interpretação definida do sujeito nulo. Já no PB, salvo contextos pergunta-resposta, é o pronome lexical quem restabelece os traços pronominais, passando a desempenhar a função que a concordância exerce em PE e garantindo assim a interpretação definida<sup>5</sup>.

A relação entre a flexão verbal e a presença de *se* impessoal, provavelmente indeterminador/[-arg], apontada por Galves acima, corrobora a análise de Cinque (1988) segundo a qual *se* [-arg] está associado a Agr pessoal<sup>6</sup>. Portanto, se no PB Agr de fato é defectivo em relação ao traço [+pessoa], espera-se que, acompanhada de uma redução na realização de sujeitos nulos referenciais, haja uma redução no emprego de *se* impessoal (indeterminador/[-arg]).

O gráfico abaixo mostra a relação entre o percentual de ocorrências de construções com o clítico *se* impessoal e o percentual de sujeitos nulos referenciais específicos (de 3ª pessoa), por faixa etária, na fala espontânea de florianopolitanos:

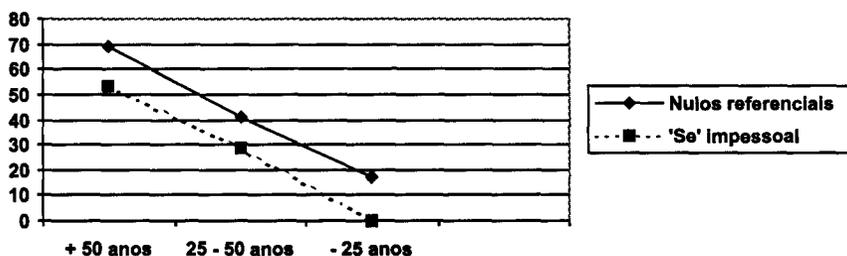


Gráfico II: Correlação entre a porcentagem de nulos pronominais referenciais definidos de 3ª pessoa e as ocorrências do clítico *se* impessoal, em contextos finitos, por faixa etária, na fala espontânea de florianopolitanos (GONÇALVES 1998)

O gráfico acima corrobora a hipótese de que o desaparecimento de *se* impessoal no PB está intrinsecamente ligado ao “enfraquecimento” da concordância. Duarte (1995) também mostra que, na fala espontânea, em contextos finitos, o clítico *se* de sentenças arbitrárias não existe mais nos dados de entrevistados mais jovens (25 a 32 anos em 1992 no Rio de Janeiro, cf. Duarte 1995; 18 a 25 anos em 1994 em Florianópolis, cf. Gonçalves 1998).

Adotando a hipótese de que as C3PSSS tenham se originado nas construções de *se* indeterminador/[-arg] e estejam substituindo essas construções, há restrições que impedem uma total substituição de uma estrutura pela outra. Como os dados mostram que o *se* impessoal está desaparecendo, especula-se aqui que, em certos contextos, onde a 3ª pessoa do singular nula indeterminada é impossível ou marginal, outras formas de indeterminação são encontradas, como o uso de NPs arbitrários plenos como *você, a gente* etc.

Nessa seção, portanto, procura-se investigar alguns condicionadores das C3PSSS. Uma análise preliminar dos dados em Gonçalves (1998) e de testes realizados com informantes mostrou que há pelo menos três condicionamentos: aspecto verbal, estrutura temática do verbo e restrição de escopo sobre o sujeito. Para a discussão dessas restrições, convém apresentar as diferentes propriedades de sujeitos indefinidos – com interpretação similar a de um quantificador existencial – e genéricos – com interpretação similar a um quantificador universal (nesse último caso se encontrariam as C3PSSS, cf. discussão acima e a seguir). O quadro em (4) sintetiza tais distinções, cf. Cinque (1988:546), características também apresentadas em Cardinaletti; Starki (1994) e Raposo; Uriaguereka (1996):

| (4) <i>Interpretação quasi-existencial</i> |  | <i>Interpretação quasi-universal</i> |  |
|--|--|--------------------------------------|--|
| a.   | Compatível com referência específica de tempo                                    | a'.                                  | Incompatível com referência específica de tempo                                |
| b.   | Incompatível com referência genérica de tempo                                    | b'.                                  | Compatível com referência genérica de tempo                                    |
| c.   | Incompatível com contextos que suspendem a especificidade da referência de tempo | c'.                                  | Compatível com contextos que suspendem a especificidade da referência de tempo |
| d.   | Compatível com a existência de um único indivíduo satisfazendo a descrição       | d'.                                  | Incompatível com a existência de um único indivíduo satisfazendo a descrição   |
| e.   | Restrita à posição $\theta$ -marcada em [NP, IP] na DS                           | e'.                                  | Não restrita à posição $\theta$ -marcada em [NP, IP] na DS                     |

## 2.1 Aspecto verbal

A hipótese inicial foi a de que as C3PSSS pudessem aparecer em contextos cuja referência de tempo fosse apenas genérica. Como indício para essa possibilidade, tinha-se em mente que *se* indeterminador, sendo não-argumental, pode apresentar interpretação genérica, mas não indefinida, cf. (4), como mostra (5)<sup>7</sup>:

- (5) a. Naquela cidade, não se usa mais saia.  
 b. \*Ontem à tarde se comeu o bolo: foi a Maria  
 c. \*Ontem à tarde se telefonou pra ti: foi a tua mãe.  
 d. \*Ontem à tarde se caiu do ônibus: foi o João.

A interpretação indefinida parece só existir com sujeitos nulos de 3ª pessoa do plural e com sujeitos não-inacusativos, como mostra (6):

- (6) a. Ontem à tarde comeram o bolo: foi a Maria.  
 b. Ontem à tarde telefonaram pra ti: foi a tua mãe.  
 c. ?\*Ontem à tarde morreram do ônibus: foi o João.

De fato, os exemplos a seguir mostram que as C3PSSS só são gramaticais em contextos genéricos, ou seja, quando a referência temporal não é específica:

- (7) Naquela cidade, não usa mais saia.  
(8) \*Ontem à tarde telefonou pra ti: foi a tua mãe.<sup>8</sup>

Com base nos dados acima, conclui-se que, por terem se originado a partir de frases com *se* indeterminador/[-arg], incompatíveis com contextos específicos, as C3PSSS só são possíveis em contextos genéricos, mas não específicos, estes últimos sendo possíveis com a 3ª pessoa do plural<sup>9</sup>.

Assim, pode-se estabelecer a primeira característica das C3PSSS:

- (9) Característica C1 (versão provisória): C3PSSS só são compatíveis com contextos aspecto-temporais genéricos.

## 2.2 Estrutura temática do verbo

Sujeitos indefinidos apresentam restrições temáticas, ocorrendo apenas com verbos que possuem argumento externo (transitivos e intransitivos), cf. (4e); já sujeitos genéricos não apresentam tais restrições, cf. (4e'). Esperaria-se, portanto, que as C3PSSS pudessem ocorrer com qualquer tipo de verbo, mas os exemplos a seguir mostram que isso não é verdade:

- *Verbos transitivos*: Geralmente com esses verbos as sentenças são gramaticais:
  - (10) a. Aqui vende sapato.
  - b. Nesse lugar usa brinco no umbigo.
  - c. No shopping, almoça antes do meio-dia.
  - d. Nessa biblioteca lê muito livro.
- *Verbos intransitivos*: Com esses verbos, as sentenças já começam a ter problemas de aceitabilidade, tornando-se agramaticais com intransitivos légitimos:

- (11) a. ??Aqui telefona a toda hora.  
b. ?Aqui trabalha até tarde.  
c. \*Aqui tosse muito no inverno.
- *Verbos inacusativos*: nesse caso as construções geralmente são marginais ou agramaticais, mas são gramaticais com *poderou precisar*.
- (12) a. \*Aqui chega tarde no serviço.  
b. ?Aqui morre de infarto depois do cinquenta.  
c. ??Aqui é bem-vindo.  
d. \*Aqui é preso por assassinato.  
e. Pode fumar aqui?  
f. Precisa comprar caneta pra essa mesa.

Ressalta-se aqui que os julgamentos de gramaticalidade dos informantes<sup>10</sup> não foram nada unânimes, em alguns casos até contraditórios. Isso mostra que estamos em meio a um processo de mudança em que formas conservadoras – com *se* – e inovadoras – sem *se* – convivem, provavelmente em competição. Desse modo, pelos dados acima, C3PSSS são gramaticais com verbos transitivos (mas não com todos), apresentam problemas de aceitabilidade com intransitivos, sendo marginais ou agramaticais com inacusativos. Observa-se que essa escala equivale à seqüência relatada em Nunes (1990) para a expansão *se* indeterminador, conforme a seguir:

- (13) 1. verbos transitivos usados intransitivamente: *Come-se muito no inverno*.  
2. verbos intransitivos: *Trabalha-se bastante nesse lugar*.  
3. verbos transitivos preposicionados: *Precisa-se de empregados*.  
4. verbos ergativos: *Chegou-se tarde à reunião*.  
5. verbos de ligação: *É-se feliz quando se é jovem*.  
6. verbos em construções passivas perifrásticas: *Aqui se é visto por todos*.

Especula-se, então, que as C3PSSS atualmente, tal como ocorreu com *se* indeterminador, estão em expansão, sendo possíveis em boa parte dos contextos transitivos, mas apresentando divergências de aceitabilidade com intransitivos e sendo até mesmo excluídas com outros tipos de verbos (inacusativos em geral).

Com base na exposição acima, pode-se enunciar a segunda característica das C3PSSS assim:

(14) **Característica C2:** No estágio atual, C3PSSS são possíveis com (muitos) verbos transitivos, mas são marginais ou até mesmo agramaticais com os demais verbos.

### 2.3 Restrição de escopo sobre o sujeito

Cardinaletti; Starke (1994: seq 2.5) acrescentam uma outra distinção com respeito aos sujeitos indefinidos e genéricos. Segundo eles, indefinidos *proíbem* ao passo que genéricos *requerem* uma restrição de escopo (*range-restriction*) sobre o sujeito. Essa restrição pode se originar de um NP deslocado, de um adverbial ou do conteúdo lexical do próprio genérico:

- (15) Os ambulantes, eles sempre me vendem coisas quebradas.
- (16) Em Nova York, você<sub>arb</sub> pode comprar de tudo.
- (17) Cenoura<sup>11</sup> faz bem pra vista.

De acordo com esses autores, portanto, nas C3PSSS, compatíveis com contextos genéricos (cf. C1), a restrição de escopo sobre o sujeito deve ser, portanto, obrigatória. Intuitivamente, essa restrição parece ser procedente: para que ocorra uma quantificação similar à universal, de fato deve haver uma delimitação do conjunto sobre o qual a quantificação irá incidir.

Nas sentenças analisadas, embora a restrição seja dada algumas vezes pragmaticamente, a presença de um adverbial – geralmente *aqui*<sup>1212</sup> De acordo com alguns informantes, em alguns casos

*aqui*

pode ser interpretado como um

**sujeito**

referencial definido [- animado], como em

“*Aqui vende CD.*”

com a interpretação

‘Esse lugar vende CD

’. Uma explicação para essa possibilidade de interpretação está em Pontes (1987), segundo a qual, no PB, como no chinês, adjuntos adverbiais são topicalizados sem a preposição. Escreve Pontes (p. 35): “Como o tópico está na posição inicial da oração ele se confunde com um sujeito e a ordem da frase dá a aparência perfeita de uma ordem SVO”. Uma prova disso seria a concordância do verbo com o tópico e não com o sujeito posposto (exemplos de Pontes):

(i)

Esse carro cabe(\*m) 60 litros de gasolina.

, *ali, nesse lugar, nos dias de hoje* – restringindo o escopo sobre o sujeito nulo genérico é, em alguns casos, essencial para os julgamentos de gramaticalidade das sentenças. Compare:

(18) \*Usa saia.

(19) Aqui usa saia.

Assim, como a restrição de escopo sobre o sujeito está diretamente relacionada com C1, esta pode ser reescrita da seguinte maneira:

(20) Característica C1 (versão definitiva): C3PSSS só são compatíveis com contextos

aspecto-temporais genéricos e, portanto, apresentam restrição de escopo sobre o sujeito.

### 3. 3ª pessoa não marcada, PRO, Agr anafórico/controlado e impessoais nulos

Kato (1999:26-7), considera que tanto o latim clássico e vulgar, quanto a maioria das línguas românicas modernas, além de apresentarem um paradigma verbal uniforme e distinto para todas as pessoas, possuem um elemento de concordância de 3ª pessoa não-marcado: o morfema zero  $\emptyset$ .

Segundo a autora, há vantagens nessa análise. Seguindo Cardinaletti; Starke (1994), para os quais deficiência morfofonológica e semântica estão conectadas, pode-se dizer que, sendo nulo, o morfema Agr de 3ª pessoa é semanticamente deficiente com relação aos demais afixos, não tendo traços de pessoa para checar. Como esse morfema também pode, contudo, ser interpretado como [+humano], além de exibir contraste de número,  $\emptyset$  pode aparecer como um item lexical independente na numeração, como mostram as sentenças cujos sujeitos são nulos impessoais:

- (21) a. Falam tagalog nas Filipinas.  
b. Pode fumar aqui?

Assim, para Kato – ainda que o PB disponha de uma série de pronomes fracos e, portanto, Agr [-pronominal], gerado junto ao verbo – em pelo menos algumas circunstâncias, Agr [+pronominal] também existe nessa língua:  $\emptyset$  é gerado como um pronome fraco, um item independente na numeração<sup>13</sup>.

Kato cita Huang (1989) e Borer (1989), cujos trabalhos apontam similaridades entre *pro* (Agr) controlado ou anafórico com PRO. Ambos afetam apenas sujeitos de sentenças encaixadas; além disso, Agr anafórico é um fenômeno de 3ª pessoa. Kato aproveita essa análise, propondo que as propriedades dos sujeitos nulos de 3ª pessoa no PB e hebreu derivam do fato de serem os *doublets* ou são *doubled* por um PRO, que pode ser colocado na mesma posição dos pronomes fortes. Como estes, PRO

possui um complemento vazio com traço [+humano]. Os traços de número são traços do afixo pronominal.

Para a autora, da mesma forma que Comp pode ser [+qu] ou [-qu],  $\Sigma$  pode ser [+específico] ou [-específico]. No primeiro caso, o spec de  $\Sigma P$  é ocupado por um tópico ou pronome forte, no segundo, seu spec possui a leitura [+anafórico/+controle].

Abaixo, a representação de uma sentença finita com um sujeito nulo de 3ª pessoa (22a) e de uma estrutura com duplicação do sujeito pleno (22b):

- (22) a. [ $_{\Sigma P}$  PRO<sub>i</sub> [ $_{\Sigma}$  [-específico] [ $_{TP}$  - $\emptyset$ <sub>i</sub>[+pronominal]]]]  
 Caso “nulo”  
 b. [ $_{\Sigma P}$  Pronome forte<sub>i</sub> [ $_{\Sigma}$  [+específico] [ $_{TP}$  Pronome fraco<sub>i</sub> V+T+Agr<sub>t</sub>  
 pronominal]]]]  
 Caso “default”

No PB ocorreu uma mudança envolvendo a configuração em (22b), na qual os pronominais fortes tornaram-se fonte de um novo paradigma de pronomes fracos, os morfemas Agr perdendo seu estatuto argumental, isto é, tornando-se [-pron.]. Kato considera que, embora pronomes fracos possam aparecer em spec de TP como no inglês, Agr de 3ª pessoa retém seu estatuto argumental, podendo ser ligado a um elemento externo: PRO, em (22a).

Em sua análise, Kato propõe que PRO é o elemento que promove a ligação em  $\Sigma P$ . A autora assume que PRO é deficiente em traços- $\phi$ , necessitando de controle externo. É o que ocorre com o sujeito de sentenças encaixadas no PB, cf. (23a-a´). Não havendo NP c-comandante, PRO será interpretado como arbitrário/genérico devido à não especificação de seus traços- $\phi$ , cf. (23b-b´). Além disso, PRO vincula o morfema zero de 3ª pessoa.<sup>14</sup>

- (23) a. A Maria disse que usa saia.  
 a´. A Maria<sub>i</sub> disse que [PRO<sub>i</sub> [usa- $\emptyset$ <sub>i</sub> saia]]

b. Aqui usa saia.

b'. PRO<sub>arb</sub><sub>i</sub> [Aqui usa-Ø<sub>i</sub> saia]

Os contextos acima, todos sentenças finitas, são os mesmos onde existe PRO em infinitivas: na posição sujeito de sentenças encaixadas, em que há controle, cf. (24a); e na posição sujeito de sentenças raízes, em que há PRO com interpretação arbitrária, cf. (24b)<sup>15</sup>.

(24) a. Mary wants to smoke.

a'. Mary<sub>i</sub> wants [PRO<sub>i</sub> to smoke]

b. Smoking is dangerous for your health.

b'. PRO<sub>arb</sub> Smoking is dangerous for your health

#### 4. Analisando as características das C3PSSS

Nesta seção, apresenta-se uma análise das C3PSSS a partir das características introduzidas na seção 2 e dos fundamentos teóricos em Kato (1999) resenhados acima. A seguir são retomadas as características principais das C3PSSS, cf. (20) e (14):

- C1: C3PSSS só são compatíveis com contextos aspecto-temporais genéricos e, portanto, apresentam restrição de escopo sobre o sujeito.
- C2: No estágio atual, C3PSSS são possíveis com (muitos) verbos transitivos, mas são marginais ou até mesmo agramaticais com os demais tipos de verbo.

Quanto à C2, não há muito o que acrescentar com relação ao que já foi discutido em 2.2 acima. Lá foi visto que, embora não exista restrição temática quanto a sujeitos com interpretação genérica, as C3PSSS só são compatíveis com um grande número de verbos transitivos, mas não com os demais verbos. Na análise de Kato acima, não há nada que previna a ocorrência da associação do morfema zero e de PRO com

verbos que não sejam transitivos. Pode-se especular que possivelmente essas construções estejam em expansão, tal como aconteceu com *se* indeterminador a partir do século XVII (cf. Nunes 1990); ver (13) acima. Dessa forma, as C3PSSS ocorreriam inicialmente com transitivos, como atestado, para só depois aparecerem com verbos intransitivos e inacusativos. A previsão é, portanto, que as C3PSSS serão possíveis no futuro com todos os tipos de verbos no PB.

A primeira parte de C1, que se refere ao contexto aspectual não-específico do verbo nas C3PSSS, cf. 2.1 acima, pode ser explicada devido às características de  $PRO_{arb}$  em  $\Sigma P$ . Sendo um elemento arbitrário/genérico,  $PRO_{arb}$  só parece ser compatível com construções cujo aspecto não seja específico, como ocorre com o infinitivo (25a) e com tempos verbais como o presente do indicativo (25b).

- (25) a. A Maria se pergunta como  $PRO_{arb}$  enriquecer neste país.  
b.  $PRO_{arb}$  Aqui usa saia.

Pode-se propor que há alguma informação em T indicando o aspecto [-específico], compatível com a interpretação genérica de  $PRO_{arb}$ . Uma informação oposta, [+específica], não seria aceita junto a  $PRO_{arb}$ , o que resultaria na agramaticalidade de sentenças como (8), repetida abaixo como (26):

- (26) \*Ontem à tarde telefonou pra ti: foi a tua mãe.

Já a segunda metade de C1, que trata da restrição de escopo sobre os sujeitos genéricos, cf. 2.3, pode ser explicada pelas características de  $PRO$  como um pronome forte, localizado numa projeção mais alta que TP:  $\Sigma P$ . Cardinaletti; Starke (1994) apresentam dois tipos de pronominais: fortes e “deficientes”, os primeiros com domínio em CP e os segundos com domínio em  $\Sigma P$  (formas fracas livres) ou IP (clíticos). Adaptando essa análise à de Kato, considerou-se que pronomes fortes estão em  $\Sigma P$ , uma projeção mais alta que a dos pronomes fracas livres e

clíticos, estes em TP. Além disso, para Cardinalletti; Starke (seç. 2.5) a distinção crucial entre pronominais fortes e “deficientes” é a capacidade de apresentar sua própria restrição de escopo, presente nos primeiros, mas ausente nos segundos.

Outra característica de PRO é apresentada por Cyrino et al. (1999, seç. 4.3), as quais consideram que PRO, como os pronomes fortes, pode ser modificado, desde que o modificador apresente seu próprio acento. Sugerem, então, a representação (27b) para uma frase como (27a). O locativo *no Brasil* é o modificador de PRO.

- (27) a. No Brasil circula à direita.  
b. [<sub>sc</sub> PRO no Brasil] circula à direita.

Dessa forma, os elementos que originam a restrição de escopo sobre os sujeitos genéricos, geralmente um adverbial (*aqui, nos dias de hoje*), cf. seção 2.3, são modificadores do pronominal forte PRO em  $\Sigma P$ .

## 5. Sobre a relação *se* indeterminador/[-argumental] e Agr pessoal/forte

Cinque (1988) considera que o conjunto de traços *se* [-argumental] é compatível com os traços de Agr *pessoa*/mas não com Agr pleonástico (sem traços- $\phi$ ). Nunes (1990), por sua vez, também associa *se* indeterminador com *pro* “referencial”. Além disso, na seção 1, cf. gráfico II, foi mostrado que a redução de sujeitos nulos referenciais de 3ª pessoa em contextos finitos está diretamente relacionada com o decréscimo de construções com *se* impessoal, também em sentenças finitas. Contudo, a análise de Kato (1999) não dá uma explicação por que *se* está desaparecendo dos contextos finitos. A representação para construções arbitrárias com *se* e sem *se* são as seguintes:

(28) PRO<sub>arbi</sub> Aqui se usa-Ø<sub>i</sub> saia

(29) PRO<sub>arbi</sub> Aqui usa-Ø<sub>i</sub> saia

Como visto na seção 2, para Kato, a 3ª pessoa do singular, ou o morfema Ø, além de apresentar deficiência morfofonológica, é deficiente semanticamente com relação aos demais afixos. Assim, em ambos os casos, o morfema Ø não possui traços de pessoa para checar.

Distanciando-se dessa análise e se aproximando da de Rizzi (1986), será proposto aqui que as 3ªs pessoas do singular em (28) e (29) são ambas argumentais (itens independentes na numeração), mas apresentam especificações diferentes com relação aos traços de pessoa e número. Para Rizzi (p. 543):

(30) a. Um NP é referencial apenas se possuir especificação de pessoa e número.

b. Um NP é argumental se possuir especificação de número.

Adaptando-se “NP” para “D”, pode-se propor que o morfema Ø é referencial (*pro* referencial em Nunes 1990) apenas se possuir especificação de pessoa e número. Nesse caso, o morfema Agr é “forte” (cf. Galves 1993) ou “pessoal” (cf. Cinque 1988). Por outro lado, se o morfema Ø apresentar apenas especificação de número, ele será quasi-argumental.

No PB, devido ao enfraquecimento da concordância com a eliminação da distinção entre 2ª e 3ª pessoa (cf. Galves 1993 e Duarte 1995), o traço [pessoa] não pôde ser mais recuperável e, nessa língua, só passaram a ser permitidos nulos quasi-argumentais (ex. “*pro*Parece que S.”) e não-argumentais (expletivos) (ex. “*pro*Está chovendo.”)<sup>16</sup>. Entretanto, reinterprestando a análise de Kato, o PB apresenta uma estratégia para assegurar a recuperação do traço [pessoa], permitindo a existência de nulos referenciais, não pelo morfema Ø, mas pelos traços-φ de PRO em ΣP. Entretanto esses nulos referenciais apresentam características peculiares como aquelas de PRO em línguas como o inglês,

cf. (23) vs. (24): só são possíveis com sujeito de encaixadas, sendo c-comandado/controlado por um DP c-comandante, ou podem aparecer em sentenças raízes com interpretação arbitrária/genérica - as C3PSSS.

O quadro abaixo sintetiza a distribuição do morfema  $\emptyset$  argumental e a correlação com as características e contexto do sujeito nulo: referencial (em qualquer contexto, apenas em sentenças encaixadas, em sentenças raízes) ou quasi-argumental.

(31)

| Morfema    | Especificação   | Recuperação de [pessoa] por PRO em P | Sujeito nulo  |
|------------|-----------------|--------------------------------------|---|
|            | Número e pessoa | -                                    | Referencial<br>OK <i>se</i><br>indeterminador/[-arg]      |
|            |                 | Traço recuperável por controle       | Referencial (em encaixada) controlado por DP c-comandante |
| Argumental |                 | Traço não especificado (genérico)    | Referencial genérico (contextos raízes)                   |
|            | Número          |                                      | * <i>se</i><br>indeterminador/[-arg]                      |
|            |                 | -                                    | Quasi-argumento   |

Pelo quadro acima, observa-se que *se* indeterminador/[-arg] só é possível se estiver associado a um morfema  $\emptyset$  que recupere traços de pessoa e número. Como no PB a recuperação de pessoa só ocorre com os traços- $\phi$  de PRO, mas não em  $\emptyset$ , *se* indeterminador/[-arg] não é mais possível, como atestam Duarte (1995) e Gonçalves (1998), segundo os quais não há mais construções arbitrárias com *se* em sentenças finitas, nos dados das faixas etárias mais jovens do PB carioca e florianopolitano, respectivamente.

Apêndice: Bloqueando “*outputs* indesejáveis” (cf. Nunes 1990)

Nunes (1990) considera que sua análise (e igualmente a de Cinque 1988) não consegue explicar por que uma sentença como (32) é agramatical:

(32) \*Ele se aluga casas.

Nessa sentença, o papel- $\theta$  interno e o Caso acusativo são atribuídos ao DP *casas* e o externo e Caso nominativo, ao DP *ele*. O clítico *se*, não argumental, não recebe nem papel- $\theta$  nem Caso. A frase, portanto, deveria ser gramatical.

Por outro lado, uma análise como a proposta por Kato (1999), reformulada acima, pode dar uma explicação para a agramaticalidade de (32). Com relação a essa sentença, há duas representações possíveis, como mostram (33) e (34):

(33) [ <sub>$\Sigma$ P</sub> PRO<sub>arb</sub> [ <sub>$\Sigma$ P</sub> ELE<sub>i</sub> [<sub>TP</sub> se<sub>i</sub> aluga- $\emptyset$ <sub>i</sub> [<sub>+pron.</sub>] casas]

(34) [ <sub>$\Sigma$ P</sub> PRO<sub>arb</sub> [<sub>TP</sub> ele se aluga- $\emptyset$ <sub>[pron.]</sub> casas]

Em (33), *ELE* é um pronome forte e o morfema  $\emptyset$  é [+pronominal]. Se esse morfema recupera apenas traço de número, a sentença é agramatical porque *se* precisa estar associado a um morfema de concordância com especificação de pessoa e número (cf. seção 5). Se ambos os traços são recuperados pelo morfema  $\emptyset$ , a sentença é agramatical porque há dois pronomes fortes acima de TP com traços contraditórios: um [+específico], o pronome *ELE*, e outro [-específico], PRO<sub>arb</sub>. Pode-se considerar então que os sistemas de desempenho não teriam como interpretar uma sentença com elementos contraditórios em  $\Sigma$ P, daí a sua exclusão.

Já a representação em (34) mostra que o morfema  $\emptyset$  é [-pronominal], i.e., não-argumental, e a forma fraca seria o pronome *ele*. Nesse caso, a agramaticalidade de (32) seria derivada da impossibilidade

de *se* indeterminador/[-arg] estar associado a um elemento de concordância sem recuperação de pessoa e número. Além disso, o morfema  $\emptyset$ , por não ser argumental, não pode ser ligado por PRO em  $\Sigma P$ .

## 6. Conclusão

Neste artigo, foram analisadas as construções impessoais/arbitrárias de 3ª pessoa do singular sem o clítico *se*, em sentenças declarativas finitas raízes, no PB. Com relação às hipóteses apresentadas na Introdução, verificaram-se algumas características dessas construções.

Foi observado que as construções impessoais de 3ª pessoa do singular com *se* indeterminador/[-arg] deram origem às C3PSSS. Os argumentos levantados para defender essa hipótese foram os dados diacrônicos de Nunes (1990), cf. gráfico I na seção 2, segundo os quais construções sem *se* surgiram apenas quando as ocorrências de *se* indeterminador superaram a de *se* passivador. Outro argumento diz respeito à interpretação genérica, mas não indefinida, de *se* indeterminador/[-arg], característica apresentada também pelas C3PSSS, como mostrado em 2.1 e 4. Foi visto também que, no PB, a interpretação indefinida parece só ser possível com a 3ª pessoa do plural.

Embora tenham surgido das construções com *se*, as C3PSSS não as substituem integralmente. Como analisado na seção 2, com a ausência do clítico *se* indeterminador/[-arg], para que essas construções possam ser interpretáveis, torna-se essencial a presença de outros elementos associados à interpretação genérica, tais como a restrição de escopo sobre o sujeito (adverbiais como *aqui, nos dias de hoje*), o tempo verbal combinado com aspecto não-específico (geralmente com o tempo no presente do indicativo), e o objeto, quando presente, na maioria das vezes apresentando também interpretação genérica, na forma singular nu.

Quanto à hipótese relacionada à explicação por que o desaparecimento de *se* impessoal está diretamente associado ao “enfraquecimento” da concordância no PB, como apontado pelo gráfico

II na seção 2, foi proposto que o morfema de concordância precisa ter especificação de pessoa e número para que *se* seja legitimado (cf. seção 5). Como a concordância no PB recupera apenas número, segundo Rizzi (1986) e Galves (1993), *se* indeterminador/[-arg] está desaparecendo nos contextos finitos.

Na análise formal das C3PSSS, mostrou-se que o morfema  $\emptyset$  é deficiente com relação aos traços de pessoa, precisando ser ligado por um PRO em  $\Sigma P$  para recuperar esse traço, permitindo sujeitos nulos referenciais. Como nas C3PSSS não há um DP c-comandante, os traços- $\phi$  de PRO não são especificados e sua interpretação passa ser genérica, o que explica a compatibilidade dessas construções apenas com sentenças que apresentam aspecto verbal não específico. A restrição de escopo sobre o sujeito genérico é devida à presença de PRO, um pronominal forte, que aparece modificado por um adverbial (*aqui*, etc.) numa projeção acima daquela em que está o pronominal “deficiente”, o morfema  $\emptyset$ , cf. seções 2.1, 2.3 e 4.

Foi visto também que as C3PSSS são compatíveis com muitos verbos transitivos, mas apresentam problemas de gramaticalidade com os demais tipos de verbo, cf. 2.2. Essa restrição é inesperada pela análise desenvolvida aqui, pois não deveria haver restrição temática com sujeitos genéricos. Propôs-se então que essas construções estejam em expansão, tal como aconteceu com *se* indeterminador como mostrado por Nunes (1990). Desse modo, as C3PSSS seriam gramaticais inicialmente com transitivos, para só depois serem compatíveis com intransitivos e inacusativos.

### Referências Bibliográficas

CARDINALETTI, Anna; STARKE, Michal. *The typology of structural deficiency: a case study of three classes of pronouns*. ms., 1994.

CINQUE, Guglielmo. On *Si* constructions and the theory of *Arb. Linguistic Inquiry*, vol. 19, n. 4, Fall 1988, pp. 521-81.

CYRINO, Sônia M. L.; DUARTE, M<sup>a</sup> Eugênia L.; KATO, Mary A. *Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese*. ms., 1999.

DUARTE, M<sup>a</sup> Eugênia L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do Sujeito no Português do Brasil. In: Roberts, I.; Kato, M. (org) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993, pp. 107-128.

\_\_\_\_\_. *A perda do princípio "evite pronome" no Português Brasileiro*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 1995.

FIGUEIREDO SILVA, M<sup>a</sup> Cristina. *A posição sujeito em Português Brasileiro nas frases finitas e infinitivas*. Campinas: Unicamp, 1996.

GALVES, Charlotte. A sintaxe do português brasileiro. *Ensaio Linguísticos*. 13, 1987, pp. 31-50.

\_\_\_\_\_. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: Roberts, I.; Kato, M. (org) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993, pp. 387-408.

GONÇALVES, Alberto. *Preenchimento do sujeito pronominal de 3<sup>a</sup> pessoa no falar de Florianópolis*. Trabalho de conclusão da disciplina de Sociolinguística. Florianópolis: UFSC, 1998.

\_\_\_\_\_. *Uma análise de sujeitos genéricos nulos de terceira pessoa do singular em sentenças finitas raízes no português brasileiro*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2000.

KATO, Mary A. Strong and weak pronominals in the null subject parameter. In: *Probus* 11, 1999, pp. 1-37.

NUNES, Jairo M. *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se passivador e indeterminador*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1990.

PONTES, Eunice. *O tópicu no português do Brasil*. São Paulo: Pontes, 1987.

RAPOSO, Eduardo; URIAGUERKA, Juan. Indefinite *se*. In: *Natural Language and Linguistic Theory*, 14, Amsterdam, Kluwer Academic Publishers, 1996.

RIZZI, Luigi. Null objects in Italian and the theory of *pro*. *Linguistic Inquiry*, 17, 1986, pp. 501-57.

ROBERTS, Ian. O português brasileiro no contexto das línguas românicas. Trad.: Ruth Lopes. In: Roberts, I.; Kato, M. (org) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993, pp. 409-425.

SEARA, Isabel C. *Expressão variável do sujeito nós e a gente na fala de informantes florianopolitanos: variáveis lingüísticas e sociais*. ms. Florianópolis, UFSC, 1997.

VALLE, Carla R. M. et al. *Tu evocê: ocorrência e concordância no Brasil meridional*. Trabalho de conclusão da disciplina História da Língua. Florianópolis, UFSC, 1998.

VIOTTI, Evani de C. *A sintaxe das sentenças existenciais do português do Brasil*. Tese de doutorado. São Paulo, USP, 1999.

## Notas

<sup>1</sup> Este artigo representa uma versão parcial de Gonçalves (2000).

<sup>2</sup> Na região centro-sul do Brasil, *tu* foi substituído por *você*. Por outro lado, segundo Valle et al. (1998), em Florianópolis, as ocorrências da opção *tu* superam as de *você*, contudo, a

primeira opção geralmente se apresenta sem concordância verbal na faixa etária mais jovem. Já Seara (1997) mostra que a forma *a gente*, cuja concordância verbal possui sincretismo com a 3ª pessoa do singular, parece estar competindo, apresentando uma considerável margem de superação, com a forma *nós*, no falar florianopolitano.

<sup>3</sup> A hipótese de construções com *se* passivador/[+arg] como fonte da inovação é descartada pelo autor, pois, nesse caso, com a elisão de *se*, *pro*<sub>expl</sub> não poderia absorver o papel-q externo. Nunes acrescenta outro argumento contra essa hipótese com base em seus dados diacrônicos, ver gráfico I abaixo.

<sup>4</sup> Foram excluídas sentenças coordenadas sem *se* que vinham antecedidas por uma oração com *se*.

<sup>5</sup> Galves (1987) constata uma situação inversa em sentenças infinitivas: no PB a 3ª pessoa do singular não é defectiva com relação ao traço [pessoa], permitindo *se* “*É impossível se achar lugar aqui.*” Já no PE a 3ª pessoa é defectiva, o que impede o aparecimento de *se*. Contudo, exemplos encontrados em Cinque (1988: seq. 2.2) mostram que Agr em infinitivas no PE é pessoal, permitindo *se* [-arg].

<sup>6</sup> Para Nunes (1990), *se* indeterminador está necessariamente associado a um *pro* “referencial”. Se “referencial” significa *referencial* nos termos de Rizzi (1986), a análise de Nunes consegue explicar por que *se* está desaparecendo, uma vez que a flexão verbal no PB não pode mais identificar *pros* referenciais.

<sup>7</sup> Há contextos com o pretérito perfeito em que é possível construções sem *se* (exemplos de Carlos Mioto):

- (i) A partir desse verão usou saia.
- (ii) Já consertou o buraco na estrada.

Em ambos os exemplos, contudo, o aspecto verbal não é específico. Como indício para essa análise tem-se o presente perfeito em inglês, tempo verbal empregado em contextos com ‘a partir de’ (*since*) e ‘já’ (*already*), cf. (i) e (ii) acima; porém incompatível com referência específica de tempo. Isso leva a crer que a questão de fato é aspectual e não temporal.

<sup>8</sup> Segundo informantes, a frase “*Aqui vendeu peixe ontem.*” é possível, desde que a especificidade temporal veiculada pelo advérbio *ontem* seja suspensa: *ontem das 8 às 20 horas*. Importante que, nesse caso, a interpretação é genérica.

Mas veja nota 12, que trata de uma segunda interpretação para essa frase.

<sup>9</sup> A 3ª pessoa do plural também pode ter interpretação genérica: “*Vendem CD no shopping.*”

<sup>10</sup> Parece que a norma “cult” influencia e muito no julgamento. Alguns informantes, diante no exemplo “*Aqui usa saia.*” reagiram com: “Mas isso é errado, não é?” Além da influência normativa, as divergências de julgamento, provavelmente, são justificadas devido à *rapidez* da mudança das construções impessoais com *se* para as sem *se*, associadas à redução de nulos referenciais específicos de 3ª pessoa, cf. gráfico II acima.

<sup>11</sup> No PB atual, a forma adotada pelos DPs com interpretação genérica é, geralmente, a de um singular nu (*bare*), diferentemente do inglês, espanhol e italiano, que adotam um plural nu.

(ii) Essas casas batem sol.

Contudo, outras restrições devem reger essa possibilidade interpretativa, pois uma frase como “*Aqui usa saia.*” parece não poder ser interpretada como ‘Esse lugar usa saia’.

<sup>13</sup> Para o PB, Kato sugere que há duplicação de pronomes sujeitos, com formas fortes e fracas *quasi*-homófonas, respectivamente *você* e ‘*cê*’ em “Você, ‘cê não me pega”. Resumindo sua análise, teríamos: (i) Agr pode aparecer afixado ao verbo + tempo ou como item independente na numeração, sendo [+pronominal], com traços-f interpretáveis, como os nomes. a) Inserido em spec de VP como seu argumento externo, Agr [+pron.] adjunge-se a T para checar Caso e traços-f, e a cadeia formada é interpretada como tendo todas as propriedades de um sujeito temático em LF. Assim spec de TP não é projetado, inexistindo *pro*. b) Línguas que possuem Agr afixado a V+T apresentam na numeração pronomes fracos ou NPs em spec de VP. Esses nominais sobem para spec de T a fim de checar seus traços-f e Caso. (ii) Pronomes fortes aparecem em spec de SP e em não-NSLs (NSLs = línguas de sujeito nulo) exibem um padrão de duplicação do sujeito. Em NSLs, o padrão é SVO. O caso do pronome forte ou do DP tópico é o caso *default* de predicados equativos. Em NSLs o caso *default* é o nominativo.

<sup>14</sup> Kato estende sua análise para construções com sujeito nulo em línguas como o japonês (seç. 4.7) e para dados de aquisição (seç. 5). Para o japonês, a autora considera que há apenas uma pessoa gramatical não-marcada, o morfema zero, similar ao das línguas românicas mas que pode apresentar qualquer pessoa do discurso como antecedente e não apenas a 3ª pessoa, como no espanhol, ou a 2ª e 3ª pessoas, como no PB (neste último, entretanto, a 2ª pessoa não pode ser omitida pois o paradigma verbal perdeu sua funcionalidade como pronominal, sendo que a forma fraca livre, obrigatória, é que desempenha essa função). A respeito dos dados de aquisição, Kato (p. 33, minha tradução) escreve que “se uma criança usa a mesma 3ª pessoa do singular não-marcada para todos os referentes no discurso e não usa nenhum pronome fraco ou clítico, ela possui uma gramática ‘default’ com apenas uma 3ª pessoa zero, duplicada por um PRO [...]”.

<sup>15</sup> Os exemplos são do inglês porque nesses contextos em PB o infinitivo é pessoal, ou seja, há morfema de concordância  $\emptyset$  para a 3ª pessoa ou *pro*<sub>arb</sub>, cf. a análise tradicional.

<sup>16</sup> Quanto aos expletivos nulos, que não são argumentos, será que haveria a necessidade de postular uma *c.v.* em spec de TP para checar o traço-D forte e o traço de Caso nominativo de T, nesse caso havendo de fato um *pro*<sub>expi</sub>? Segundo Viotti (1999, cap. 5), a resposta é negativa, pois esses traços podem ser considerados *optativos* e, portanto, não fazem parte da numeração de sentenças que apresentam ordem VS.